

onde serviu grande parte dos elementos da sua linhagem e cujas rendas lhe permitiram pagar as muitas dívidas que contraíra (cerca de 1 300 000 reais)⁵. Em Junho de 1500 D. Manuel retirou-lhe o título de Borba, restituindo-o ao sobrinho D. Jaime Duque de Bragança, e fê-lo Conde de Redondo, com o senhorio de Pavia e outras mercês, «tudo de juro conforme a ley mental, da mesma sorte que o era de Borba»⁶, razão pela qual o seu filho primogénito D. João Coutinho herdou apenas o título de 2.º Conde do Redondo.

Analisaremos igualmente a linhagem dos Coutinhos Marechais, que herdaram o marechalato de Vasco Fernandes Coutinho, 1.º Conde de Marialva e 3.º Marechal do Reino. Este elevado posto da orgânica militar da época havia sido incorporado na família dos Coutinhos por herança, através do casamento daquele com D. Leonor Gonçalves de Azevedo, filha de Gonçalo Vasques de Azevedo, Senhor da Lourinhã, alcaide-mór de Santarém e primeiro marechal⁷. O título viria a passar, não para o primogénito da casa de Marialva, mas para um filho segundo, D. Fernando Coutinho, que esteve presente na jornada de Tânger ao lado do Infante D. Henrique e foi capitão de Ceuta em 1451, e que o transmitiu aos seus descendentes, mantendo-se na linhagem até 1636, data em que foi doado a D. Fernando de Mascarenhas Conde de Serém⁸.

Para além destas duas linhagens secundárias dos Coutinhos, que, por razões diversas, se afirmaram socialmente, detendo no seio da Corte algum poder e influência, estudaremos ainda o trajecto de vários outros fidalgos oriundos de ramos secundários daqueles, em especial a linhagem dos Senhores de Celorico, Penaguião e Armamar, cujos elementos surgem na Índia, ao longo do período em análise, em cargos da estrutura militar, servindo sobretudo como capitães de navios e de fortalezas. Tendo participado activamente na construção do «Estado da Índia», sobretudo a partir de 1509, descendem de Fernão Coutinho, 5.º filho de D. Gonçalo Vasques Coutinho, 2.º Marechal do Reino, e de sua segunda esposa D. Joana de Albuquerque, sendo por isso meio-irmão do 1.º Conde de Marialva. O senhorio foi incorporado na sua família através do casamento com Maria da Cunha, filha herdeira de Fernão Vaz da Cunha⁹.

⁵ De acordo com uma carta régia de 29 de Julho de 1490 o monarca autorizava que as rendas dos três anos seguintes fossem cativadas para solvência das muitas dívidas que aquele contraíra no Reino. In IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 43v.

⁶ Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1954, tomo III, p. 121 e tomo XII, parte I, pp. 224 e 225.

⁷ Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. IV, Braga, Ed. de Carvalhos de Basto, 1992, p. 11; e Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, tomo III, vol. I, Porto, Livraria Fernando Machado, 1945, p. 301.

⁸ Cf. *Pedatura Lusitana*, tomo III, vol. I, p. 317.

⁹ Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 19. Segundo Luís Filipe Oliveira é provável que fosse filho do segundo casamento de Gonçalo Vasques com D. Joana de Albuquerque. Cf. *A Casa dos Coutinhos*, p. 27.

Os Condes de Borba e Redondo e outros Coutinhos em Marrocos: a capitania de Arzila

A capitania de Arzila, que, como referimos foi doada «de juro e herdade» por D. João II a D. Vasco Coutinho 1.º Conde de Borba e Redondo em 9 de Junho de 1490, cerca de dois anos depois de aquele já ali se encontrar à frente dos destinos da praça¹⁰, marcou sem sombra de dúvidas toda a actuação futura dos elementos da sua casa, e bem assim de muitos dos indivíduos da linhagem dos Coutinhos, que aí serviram nos mais diversos cargos da fortaleza ou como fronteiros. Na verdade, até à data do seu abandono, em 1549, os Condes de Redondo, por si próprios, e durante longos períodos, ou por delegação em terceiros, depois de devidamente autorizados pelo monarca, estiveram à frente dos destinos de Arzila, onde procederam ao acrescentamento da sua casa e da sua honra, aí ganhando fama de grandes capitães.

Tanto D. Vasco Coutinho como o seu filho primogénito D. João Coutinho, 2.º Conde de Redondo, governaram a praça por mais do que uma vez e durante longos períodos, aí se estabelecendo com as suas famílias e daí dirigindo os seus domínios. O Conde de Borba, que recebeu «a capitania da dita vila com toda a jurisdição e alçada (...) e com os quintos de todas as cavalgadas e presas de mar e de terra, (...) bem como o quinto dos tributos e rendas que ouiver dos mouros de pazes», para além, naturalmente, dos proes e precalços que a ela estavam associados, manteve-se à frente dos seus destinos entre 1488 e 1514 com algumas interrupções, perfazendo um total de 21 anos de governo, marcados pelas sucessivas entradas e almogavarias de mouros e cristãos, e bem assim pelos constantes cercos impostos à cidade, num processo marcado pelo agravar da situação político-militar à medida que se foi avançando na centúria.

Durante o período em questão, porque tivesse sido chamado ao Reino para responder por culpas que lhe haviam sido assacadas, foi D. Vasco Coutinho substituído no cargo em 1495 por um seu sobrinho, D. Rodrigo Coutinho¹¹, filho segundo de D. Álvaro Coutinho, seu irmão, que morreu nas guerras de Castela em 1476, durante o ataque ao castelo de Baltanas conquistado por D. Afonso V. A sua presença à frente da praça seria, todavia, bastante efémera, porquanto foi morto poucos meses depois pelos alcaides de Xexuão

¹⁰ Damião de Góis refere que D. Vasco Coutinho já aí se encontrava como seu capitão em 1488. Cf. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Ed. Universidade de Coimbra, 1949, parte I, cap. LXXXVI, p. 110. De acordo com David Lopes o Conde de Borba teria sido para aí enviado num primeiro momento para cumprir pena de degredo por actos que se desconhecem, tendo então assumido o governo da praça. Cf. *História de Arzila durante o domínio português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 77.

¹¹ Alguns nobiliários referem a presença em Arzila de um meio irmão do Conde de Borba, igualmente denominado D. Rodrigo Coutinho, filho do segundo casamento de D. Fernando Coutinho, 4.º Marechal, com D. Catarina de Albuquerque, que teria morrido em Arzila durante o período em que aquele capitaneou a praça. Cf. *Pedatura Lusitana*, tomo III, vol. I, p. 316.

e Tetuão numa entrada mal sucedida ¹². Para o seu lugar foi nomeado D. João de Menezes, da casa de Cantanhede, cunhado de D. Vasco, porque irmão de sua mulher D. Catarina da Silva, condessa de Borba. Após alguns meses, poucos, à frente dos destinos de Arzila, porque aquele tivesse regressado do Reino ilibado das suas culpas pelo novo monarca, D. João devolveu-lhe a capitania.

Alguns anos mais tarde, tendo o Conde de Borba, agora de Redondo, requerido ao monarca autorização para se deslocar ao Reino, para aí tratar dos seus domínios e senhorios, de novo a escolha recaiu em D. João de Menezes. Tendo-lhe sido dada posse da capitania em 1502 por seu sobrinho, D. João Coutinho, futuro Conde de Redondo, viria a manter-se em funções até 1505 ¹³. Retornado o governo da vila de Arzila por D. Vasco Coutinho em finais desse ano, ou princípios do seguinte, aí se manteve sem qualquer interrupção com toda a sua família e dependentes até 1514, data em que o seu filho primogénito lhe sucedeu na capitania ¹⁴.

Do exposto se percebe que durante todo o período em análise a governação da capitania esteve nas mãos do Conde de Borba e Redondo ou de parentes seus, alguns dos quais oriundos de outras casas senhoriais – em especial os Menezes de Cantanhede e mais tarde os Mascarenhas, descendentes de Fernão Martins Mascarenhas capitão dos ginetes de El-Rei –, mas que a ele se encontravam directamente ligados por via dos casamentos contratados entre si. Aliás, cumpre salientar a extraordinária importância dessa política de uniões matrimoniais com as referidas casas, porquanto contribuiu, ao longo dos anos, para o reforço das guarnições da praça através da presença dos contingentes militares de que se faziam acompanhar aqueles fidalgos, tendo sido responsável também, e não raras vezes, pelo rápido e eficaz socorro prestado à vila sempre que esta se encontrava sitiada. Basta recordar, a este propósito, o papel decisivo desempenhado por altura do grande cerco de Arzila, em 1508, quer por D. João de Menezes, cunhado do Conde de Borba, que comandou a frota de socorro, quer por D. João de Mascarenhas, seu genro ¹⁵, a quem coube a primazia do desembarque e que se fez acompanhar do irmão D. Nuno Mascarenhas, para que se possa aquilatar da real importância dessa rede familiar enquanto suporte da capitania ¹⁶.

¹² Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, cap. XII, p. 26. Veja-se também a *História Genealógica*, parte I, tomo XII, p. 222, e o *Nobiliário*, vol. IV, p. 15.

¹³ Cf. instrumento de posse da capitania de Arzila, de 9 de Janeiro de 1502, in IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-3-77.

¹⁴ Cf. Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila. Crónica Inédita do século XVI*, publ. por David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, parte I, pp. 3 a 94.

¹⁵ Era casado com sua filha D. Margarida Coutinho. Cf. quadro n.º 1 incluso no final do trabalho.

¹⁶ Sobre o assunto veja-se Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte II, cap. XXVII a XXIX, pp. 91 a 102; e *Anais de Arzila*, tomo I, pp. 8 a 10.

Esta, por sua vez, funcionava para esses fidalgos e para os elementos que compunham a sua hoste, não só como um local privilegiado para o desempenho de alguns cargos públicos, mas também, e sobretudo, para atingirem o tão almejado enriquecimento com os butins decorrentes das actividades guerreiras aí praticadas. Por outro lado, esse era o meio ideal para procederem ao acrescentamento da sua honra, cujo reconhecimento pela Coroa se traduzia, não raramente, através da doação de tenças, comendas ou outras benesses por parte do monarca, tudo contribuindo, naturalmente, para o acrescentamento das suas linhagens, já que, como sabemos, esses fidalgos eram, na sua grande maioria, filhos segundos em busca de um lugar ao sol.

Neste caso se enquadra Diogo Coutinho, 4.º filho do 2.º Conde de Marialva e primo co-irmão do Conde de Borba, que, encontrando-se em Arzila como fronteiro na companhia de seu filho D. Gonçalo Coutinho, aí morreu em 1512, e bem assim um filho segundo de D. Vasco Coutinho, D. Bernardo Coutinho, casado com D. Brites de Menezes, filha do Conde de Cantanhede D. Pedro de Menezes, que nesse mesmo recontro com as forças do rei de Fez perdeu uma vista. Tal facto, no entanto, não o impediu de continuar a servir em Marrocos junto do pai, tendo-o acompanhado em 1513 na conquista de Azamor com muitos outros fronteiros ¹⁷. Surgem-nos igualmente referências à acção desenvolvida por Jorge Barreto, genro do Conde de Borba, que participou na defesa de Arzila por altura de alguns dos seus mais apertados cercos, em especial no de 1508, quando, com o apoio das mulheres da casa, em especial da Condessa, conseguiu impedir a entrada dos mouros no último reduto defensivo do castelo, depois de estes haverem tomado a vila ¹⁸; bem como aos feitos praticados por D. Francisco de Castro, também ele sobrinho do capitão da praça, uma vez que era filho de D. Rodrigo de Castro o Monsanto e de sua meia-irmã D. Maria Coutinho, o qual, a exemplo de tantos outros, aí acabou também por morrer ¹⁹.

Com a substituição de Vasco Coutinho, Conde de Borba e Redondo, pelo seu filho primogénito D. João Coutinho à frente dos destinos da capitania de Arzila, de que foi porventura o seu mais celebrado capitão, acentua-se a ligação às casas dos Mascarenhas e dos Menezes de Cantanhede, facto a que não deverá ter sido alheia a circunstância de tanto o Conde de Redondo como os seus irmãos D. Bernardo Coutinho e D. Margarida Coutinho terem contraído matrimónio com elementos daquelas famílias ²⁰. Essa união de interesses está aliás bem patente no facto de qualquer um dos três capitães

¹⁷ Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte III, cap. XXXVI, p. 144; e *Anais de Arzila*, I, pp. 90 a 93.

¹⁸ Cf. *Anais de Arzila*, tomo I, pp. 12 a 17.

¹⁹ D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica*, tomo XI, p. 498, afirma que D. Francisco de Castro aí morreu quando seu pai capitaneava a praça. Ter-se-á tratado, em nosso entender, de uma capitania meramente interina, porquanto não encontrámos qualquer outra referência ao facto nas várias fontes consultadas.

²⁰ Cf. quadro n.º 1.

nomeados para o substituir nas suas ausências ter como denominador comum a sua ligação parental a essas famílias.

Foi assim com D. Manuel de Menezes, seu sobrinho, que, encontrando-se a servir como fronteiro em Azamor, o substituiu na capitania em 1523, aí se mantendo por um curto espaço de tempo, uma vez que morreu em Alfomar na companhia de um grande número de cavaleiros e peões (104 homens no total), facto que viria a pôr em risco a segurança da própria praça e a obrigar ao regresso prematuro do Conde de Redondo do Reino, onde se encontrava a tratar de problemas relacionados com a sua sucessão no condado²¹. Um segundo capitão, D. António da Silveira, que governou a cidade na sua ausência, entre Maio de 1525 e Outubro de 1529, era parente da sua mulher, encontrando-se na Corte no momento em que D. João Coutinho o indicou ao monarca por, em sua opinião, reunir todas as condições para um desempenho eficaz²².

Por último, D. Manuel Mascarenhas, seu cunhado, irmão de sua mulher D. Isabel Henriques, que já anteriormente, em 1516, combatiera em Arzila com mais três irmãos. Na verdade fez parte de um contingente de 120 cavaleiros e gente de pé, cujo comando coube então a seu irmão D. João de Mascarenhas, capitão dos ginetes e marido de D. Margarida Coutinho, irmã do conde de Redondo. A essa força, que fazia parte de uma expedição mais vasta destinada a socorrer a praça sitiada pelas tropas do rei de Fez, se associaram D. Nuno Mascarenhas e D. António Mascarenhas, seus irmãos, que aí se encontravam como fronteiros²³.

D. Manuel Mascarenhas governou Arzila entre Outubro de 1538 e fins de 1545, sucedendo-lhe na capitania seu sobrinho D. Francisco Coutinho, 3.º Conde de Redondo, em cujo governo foi a praça abandonada. Para o compensar da perda D. João III fez-lhe mercê de uma tença de 300.000 reais anuais e nomeou-o Regedor da Casa da Suplicação²⁴, após o que, em 1561 o enviou para a Índia como Vice-Rei²⁵, facto que marca uma clara inflexão da estratégia de afirmação até aí seguida pela sua linhagem, que canalizara para Marrocos, em geral, e para Arzila, em particular, todo o seu potencial humano. Abandonada a praça, a Índia surgia agora aos olhos dos Condes de Redondo como o terreno ideal ao acrescentamento da sua casa e, sobretudo, da sua honra, como o atesta a nomeação, em 1617, de seu filho D. João Coutinho, 4.º Conde de Redondo, para o mesmo cargo.

²¹ Cf. *História de Arzila*, p. 251.

²² Idem, *ibidem*, pp. 280 a 282.

²³ Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, tomo IV, cap. V, pp. 12 e 13.

²⁴ Prestou juramento do cargo em 12 de Janeiro de 1559. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1927, liv. II, pp. 410 e 422.

²⁵ Cf. carta de nomeação de 27 de Janeiro de 1561, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião*, liv. 7 de Doações, fl. 122.

A linhagem dos Marechais e outros Coutinhos na construção do «Estado da Índia»

Passando agora a analisar a acção desenvolvida pela linhagem dos Coutinhos Marechais, importa salientar que, a exemplo do que sucedera com Vasco Fernandes Coutinho, 1.º Conde de Marialva e 3.º Marechal, também D. Fernando Coutinho²⁶ e seu filho D. Álvaro Coutinho sempre estiveram presentes ao lado do monarca nas sucessivas incursões que fez tanto em Castela, como no Norte de África. Com efeito, aquele não só governou interinamente a praça de Ceuta em 1451²⁷, mas também participou no assalto falhado a Tânger em 1463, onde morreu seu irmão, D. Gonçalo Coutinho, 2.º Conde de Marialva, tendo ele próprio ficado cativo. Mais tarde, em 1476, acompanhou D. Afonso V nas suas incursões a Castela, aí tendo morrido o seu filho primogénito, D. Álvaro Coutinho, durante o assalto ao castelo de Baltanas²⁸.

Todavia, com o fim das guerras de Castela, e bem assim o das grandes expedições a Marrocos envolvendo a presença do próprio monarca, o exército régio deixou de se organizar, o que provocou um acentuado esvaziamento do cargo de Marechal, que tendeu a tornar-se cada vez mais um posto honorífico. Ciente dessa realidade D. Fernando Coutinho, 5.º Marechal, que herdou o título de seu avô, o qual lhe foi confirmado por D. Manuel em 13 de Maio de 1497²⁹, terá visto na expedição que se preparava para partir para a Índia uma excelente oportunidade para, através de um grande e celebrado feito de armas, conseguir o acrescentamento da sua casa e, naturalmente, da sua honra.

Importa notar, no entanto, que, independentemente das diligências que tivesse desencadeado para conseguir a nomeação, a sua escolha ter-se-á ficado a dever também, por um lado, ao facto de o cargo de Marechal ser o segundo da hierarquia do exército, logo atrás do Condestável, cabendo-lhe, entre outras prerrogativas, o julgamento das causas cíveis e criminais das gentes de guerra³⁰; por outro, à circunstância de se tratar de um parente de Afonso de Albuquerque – eram primos em segundo grau descendendo ambos por via materna de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde da Atouguia³¹ – o que, se nem sempre era sinónimo de comunhão de interesses e bom relacionamento (basta recordar os episódios ocorridos anteriormente com seu

²⁶ D. Fernando Coutinho herdou o título de Marechal de seu pai, Vasco Fernandes Coutinho, 1.º Conde de Marialva e 3.º Marechal, não obstante ser seu filho segundo.

²⁷ Cf. *Descobrimientos Portugueses*, dir. por João Martins da Silva Marques, 3 vols., Lisboa, 1988, doc. 1053.

²⁸ Cf. Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLII, CLIII e CLXXX.

²⁹ Cf. IAN/TT, *Livro dos Místicos*, fl. 72.

³⁰ Cf. Gastão de Melo Matos, *Notas sobre os Postos no Exército Português*, Lisboa, s. Ed., 1892.

³¹ A mãe de Afonso de Albuquerque, D. Leonor de Menezes, e a sua irmã D. Joana de Castro, avó do Marechal, eram filhas de D. Álvaro Gonçalves.

primo D. Francisco de Albuquerque por altura da construção da fortaleza de Cochim³²), parece ter funcionado neste caso como elemento desmobilizador relativamente aos partidários do Vice-Rei assim que souberam, na Índia, da identidade da personalidade escolhida por D. Manuel para sanar o diferendo³³. Aliás, o monarca, temendo uma eventual recusa do Vice-rei em proceder à transferência do governo para Albuquerque, dotara ainda D. Fernando Coutinho de poderes que, no dizer de Gaspar Correia, eram superiores aos daquele³⁴.

Em Março de 1509 partiu do Reino em direcção ao Índico como capitão-mor de uma forte armada composta por 15 naus, com um grande número de homens de armas a bordo³⁵, e em cujo regimento constavam duas direcções principais: em primeiro lugar, que procedesse à reposição da legalidade no governo do «Estado da Índia», por forma a acalmarem-se os ânimos entre as facções de Afonso de Albuquerque e do Vice-Rei D. Francisco de Almeida; em segundo, que atacasse Calecut, e procurasse conquistar a cidade.

Uma rápida análise aos capitães das 15 naus que compunham a armada revela de alguma forma o cuidado que houve com a preparação da frota, uma vez que seis deles, a saber, Pedro Afonso de Aguiar, Leonel Coutinho, Rui Freire, Rodrigo Rebelo de Castelo Branco, Sebastião de Sousa e Álvaro Fernandes, eram veteranos da Carreira, tendo todos, com excepção deste último, feito a viagem por mais de uma vez³⁶. Para além disso, cinco deles haviam participado, em conjunto, na armada de 1506³⁷, o que parece apontar para a existência de ligações familiares, ou outras, entre si, as quais, como é sabido, nem sempre são muito fáceis de deslindar a este nível.

Ainda assim, e como refere João Paulo Costa num estudo que elaborou sobre Leonel Coutinho, sabe-se que este estava ligado familiarmente ao Mare-

³² Cf. Jean Aubin, «L'Apprentissage de l'Inde. Cochim 1503-1504», in *Moyen Orient & Ocean Indien, XVI^e-XIX^e siècles*, n.º 4, Paris, Société d'Histoire de l'Orient, 1987.

³³ Castanheda refere, a este propósito, que Lourenço de Brito, capitão de Cananor, ao saber da sua chegada, «ficou muyto agastado por ser o marichal parente de Afonso de Albuquerque», de imediato abandonando a fortaleza com os seus partidários e dirigindo-se para Cochim com o intuito de embarcar para o Reino. Cf. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, liv. II, cap. CXXI, p. 481. Góis afirma por sua vez que os partidários do Vice-rei não gostaram da sua vinda porque «era muito parente de Albuquerque», in *Crónica de D. Manuel*, vol. I, cap. XL.

³⁴ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1975, vol. I, p. 985.

³⁵ João de Barros refere 3000 homens de armas e capitães, enquanto Damião de Góis avança um número bastante menor, 1600 homens. Cf. *Ásia*, déc. II, liv. III, cap. IX, p. 329; e *Crónica d'El Rei D. Manuel*, vol. II, cap. XL, p. 140.

³⁶ Cf. «Relação das Náos e Armadas da Índia», in *British Library, Códice Add. 20902*, pub. por Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985; e as «Relações das Armadas» publicadas pelo Comandante Encarnação Gomes nos *Anais do Clube Militar Naval* entre Abril de 1989 e Junho de 1996.

³⁷ A este propósito veja-se o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa, «Leonel Coutinho um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia», publ. em *A Carreira da Índia e a Rota dos Estreitos. Actas do VIII SHIP*, Angra do Heroísmo, 1998, p. 664.

chal, uma vez que o seu avô Fernão Coutinho, senhor de Celorico, era filho de um segundo casamento de Gonçalo Vasques Coutinho, 2.º Marechal, com D. Joana de Albuquerque³⁸. Quanto ao sota-capitão da armada, Pedro Afonso de Aguiar³⁹, que substituiu D. Fernando Coutinho como capitão-mor na torna-viagem, era ao mesmo tempo sobrinho de Leonel Coutinho (embora mais velho), por via do casamento com D. Leonor Coutinho, filha de sua irmã D. Branca Coutinho e de D. Jorge de Melo⁴⁰, e tinha, também ele, laços familiares com o Marechal, pelo lado de sua mulher D. Maria de Noronha, de quem era primo co-irmão⁴¹.

Tratava-se, em qualquer dos casos, de homens com uma enorme experiência na Carreira da Índia e um conhecimento muito razoável da realidade do Índico em virtude de ser a terceira vez que realizavam a viagem como capitães de navios. Com efeito, Leonel de Lima viera a primeira vez ao Oriente como capitão de uma nau da armada de Lopo Soares de Albergaria em 1504, tendo então participado na batalha naval de Pandarane, que se saldou pela destruição da uma grande frota comercial de Calecut que se aprestava para partir par o Mar Vermelho⁴². Dois anos mais tarde partiu de Lisboa ao comando da nau «Leitoa Velha», da armada de Tristão da Cunha, em que ia igualmente por capitão um Rui Pereira Coutinho, que não conseguimos identificar, e que acabou por morrer num naufrágio na zona do Natal⁴³. Após invernar em Quíloa, participou no ataque a Brava, onde foi escolhido para parlamentar com as autoridades locais, o mesmo sucedendo em Mogadoxo, e tomou parte na conquista de Socotorá, após o que partiu para a Índia para a carga da pimenta⁴⁴. Em Novembro de 1507 interveio no ataque à esquadra muçulmana que se encontrava em Panane, após o que partiu para o Reino, onde chegou em 1508 a bordo de um dos navios da armada como passageiro, em virtude de a sua nau ter sido desmantelada em Moçambique⁴⁵. Não é de estranhar, por isso, que em princípios de 1509 tivesse sido escolhido de novo para capitanear um dos navios da armada de seu primo D. Fernando Coutinho, ao lado do qual acabou por morrer no desastrado ataque a Calecut em 1510.

³⁸ Cf. *op. cit.*, pp. 657 e 658.

³⁹ Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, vol. II, cap. XXXVII. Castanheda afirma que o sota-capitão era Francisco de Sá, o que não nos parece correcto, porquanto, a ser assim, deveria ter sido ele o capitão-mor após a morte do Marechal. Cf. *História*, liv. II, cap. CXXI.

⁴⁰ Cf. quadro n.º 1. João Paulo Oliveira e Costa levanta a hipótese de o casamento se ter realizado apenas após a morte de D. Leonel de Lima. Cf. *op. cit.*, p. 659.

⁴¹ Como refere João Paulo Oliveira e Costa eram ambos netos de João Gonçalves Zarco, capitão do Funchal. Cf. *op. cit.*, pp. 659 e 660.

⁴² Cf. Góis, *Crónica de D. Manuel*, vol. I, cap. XCVI a XCIX, p. 231 a 241; Castanheda, *História*, liv. II, pp. 193, 198 e 202.

⁴³ Cf. Góis, *Crónica de D. Manuel*, vol. II, cap. XXI, p. 69.

⁴⁴ Cf. Castanheda, *História*, liv. II, XXX-XLII; Correia, *Lendas*, vol. I, pp. 670 a 682.

⁴⁵ Cf. Correia, *Lendas*, vol. I, pp. 720 e segs.; Castanheda, liv. II, pp. 406 e segs.

Na armada do Marechal iam ainda outros elementos ligados à casa dos Coutinhos, a saber: Francisco Coutinho, fidalgo mancebo que morreu em Calecut na tentativa de proteger a retirada daquele, cuja ascendência não conseguimos apurar dado o mutismo das fontes⁴⁶; e D. Luís Coutinho, seu primo, que descendia da casa de Marialva, sendo quinto filho do 2.º Conde D. Gonçalo Coutinho e de D. Beatriz de Mello, o qual era também um homem já experimentado nestas andanças, porquanto em 1502, capitaneou a nau «Leonarda» da armada de Vasco da Gama⁴⁷. A sua experiência bem como o seu estatuto de fidalgo e familiar de D. Fernando Coutinho, condições que eram extensivas também a Leonel Coutinho e a Pedro Afonso de Aguiar, parecem ter estado, assim, na base da sua escolha para integrar «o conselho dos principais fidalgos»⁴⁸ que, resolvida a questão da sucessão, arrancou de Albuquerque não só o tão ansiado ataque a Calecut⁴⁹, mas também a sua anuência para pôr em prática uma operação militar que conferisse ao Marechal e aos seus homens a maior honra e proveito possível, afinal as duas razões principais que os haviam levado a participar na empresa.

Após uma sucessão de erros, equívocos e, porventura, de traições, D. Fernando Coutinho e uma parte significativa da sua clientela acabou por morrer sem fama nem glória, muito menos com proveito, às mãos daqueles que antes apelidara de «mourinhos da Índia»⁵⁰, deixando a Albuquerque o caminho livre e, sobretudo, os meios, para poder dar corpo ao seu projecto imperialista de conquista dos principais centros estratégicos do Índico.

Com efeito, o Governador não só «herdou» a quase totalidade dos navios da sua armada – são bem conhecidas as pressões exercidas sobre Pedro Afonso de Aguiar, que substituiu o Marechal como capitão-mor, para que este aí deixasse, como deixou, a quase totalidade das naus⁵¹ –, como também pôde contar com um número acrescido de capitães e homens de armas no Oriente, vitais para a execução do seu projecto. D. Luís Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho, Jorge da Cunha ou Francisco de Sousa Mâncias, foram

⁴⁶ Cf. Correia, *Lendas*, vol. II, pp. 14 e 20.

⁴⁷ *Op. cit.*, vol. I, pp. 269 e 312. Vejam-se ainda as «Relações das Armadas» atrás citadas na nota 37. Julgamos tratar-se do mesmo fidalgo porquanto, embora nunca seja referida, a partir de 1509, a sua ligação à casa de Marialva – ao contrário do sucedido em 1502, onde surge referenciado como D. Luís Coutinho, filho do Conde de Marialva – não encontramos nos Nobiliários qualquer outra personalidade com este nome para o período em questão.

⁴⁸ *Op. cit.*, vol. II, p. 9.

⁴⁹ Uma rápida leitura das Crónicas permite perceber a relutância de Albuquerque em avançar e saquear Calecut, já que tal medida não se enquadrava na estratégia que idealizara para proceder ao domínio das rotas comerciais do Índico. Cf. Castanheda, *História*, liv. II, cap. CXXI.

⁵⁰ Castanheda, *História*, liv. III, cap. III, p. 501.

⁵¹ Castanheda refere que Afonso de Albuquerque se serviu do facto de Pedro Afonso de Aguiar ter abandonado em Calecut dois cães pedreiros (peças de artilharia) para o obrigar a deixar onze dos catorze navios da armada do Marechal que haviam passado à Índia (apenas autorizou o regresso das naus dos mercadores privados), e que sempre que aquele o queria contrariar logo lhe perguntava pelos referidos cães apoucando-o na sua honra. *Op. cit.*, liv. III, cap. IV, p. 507.

alguns dos que, de forma voluntária, ou pressionados por Albuquerque, acabaram por participar nalgumas das suas principais conquistas territoriais, a eles se juntando outros que, como Francisco Pereira Coutinho, se encontravam a servir na Índia há já alguns anos⁵².

De acordo com os dados que coligimos, tanto Vasco Fernandes Coutinho, que segundo cremos passou à Índia na armada do Marechal⁵³ com o tio Leonel Coutinho e o cunhado Pedro Afonso Aguiar⁵⁴, como Francisco Pereira Coutinho e D. Luís Coutinho estiveram presentes na primeira conquista de Goa, cabendo aos dois últimos, respectivamente, a guarda dos passos Seco e de Agaçaim⁵⁵. Ambos se viriam a manifestar contra a manutenção da praça, no que foram secundados por outros capitães daquela armada, entre os quais os já referidos Jorge da Cunha e Francisco de Sousa Mâncias, que, segundo Castanheda, pretendiam ir para o golfo de Bengala andar às presas⁵⁶, regressando então ao Reino sem voltar ao Malabar. Albuquerque, sabendo o que se passava, ordenou a prisão de Jerónimo Teixeira, acusado de ser o principal instigador no seio do grupo, e, mais tarde, acabou também por deter Luís Coutinho e Jorge da Cunha por haverem provocado o amotinamento de 900 dos seus homens de armas⁵⁷, após o que os enviou para o Reino.

Francisco Pereira Coutinho, por seu turno, participou ainda na segunda conquista de Goa, tendo também agora, e a exemplo do que fizera da primeira vez, capitaneado um dos navios da frota de Albuquerque. Por essa altura deve ter regressado a Portugal, de onde saiu mais tarde, em 1514, como capitão de um dos navios da armada de Cristóvão de Brito⁵⁸.

Quanto a Vasco Fernandes Coutinho, que, como referi, descendia também do ramo dos senhores de Celorico, sendo tal como os restantes um secundogénito, a sua acção estendeu-se ainda a Malaca, onde combateu ao lado de Albuquerque, tendo permanecido na praça como capitão do navio

⁵² Em 1506 encontrava-se já no Oriente como capitão de uma das naus da armada da Índia, de que era capitão-mor D. Lourenço de Almeida, filho do Vice-rei. Foi um dos capitães que votou favoravelmente um parecer para que não fossem atacadas as naus de Calecut estacionadas em Dabul, o que foi considerado desonroso por D. Francisco de Almeida e lhe valeu, bem como a todos os outros, a perda das suas capitánias e o envio sob prisão para o Reino. Cf. Castanheda, *História*, liv. II, cap. XXXIII e XXXV, pp. 286 e 292.

⁵³ Gaspar Correia refere, por lapso, que Vasco Fernandes Coutinho capitaneou uma nau da armada de 1510, cujo capitão-mor era Gonçalo de Sequeira. Esta sua afirmação é não só contraditada por todas as «Relações de Armadas» conhecidas, mas também por uma outra afirmação sua em que diz que este capitão participara na primeira conquista de Goa. Cf. *Lendas*, vol. II, pp. 96 e 131.

⁵⁴ Cf. quadro n.º 2.

⁵⁵ Castanheda, cap. XVII e XVIII, liv. III, pp. 529 a 532.

⁵⁶ *Op. cit.*, liv. III, cap. VII, p. 511.

⁵⁷ *Op. cit.*, liv. III, cap. XIII, p. 521.

⁵⁸ Damião de Góis por lapso chama-lhe Jorge de Brito, que foi igualmente capitão-mor de uma armada da Carreira da Índia, mas em 1520. Cf. *Crónica de D. Manuel*, parte III, cap. LXVI, p. 246.

«Bretão», aí se encontrando ainda em 1512⁵⁹, altura em que participou na batalha naval travada contra as forças de Japarâ⁶⁰. O seu desempenho deve ter agradado sobremaneira ao Governador, porquanto, dois anos mais tarde, é já um dos capitães a quem, não obstante tratar-se de um fidalgo «muito mancebo», foi pedido um parecer sobre se fazer, ou não, a guerra ao soberano de Cambaia. Em 1515 participou ao lado de Albuquerque na conquista de Ormuz, estando assim presente em todas as principais conquistas militares efectuadas pelo *Terribil*⁶¹, após o que regressou ao Reino em Janeiro de 1520 com Fernão Peres de Andrade, que estivera na China como capitão-mor de uma armada⁶².

No ano seguinte voltou de novo à Índia, agora como capitão de uma nau da armada da carreira e tendo por companhia seu irmão mais velho Martim Afonso de Melo Coutinho, também ele capitão de uma nau e que ia despachado como capitão-mor de uma armada de quatro velas para a China⁶³, com directivas para aí estabelecer uma fortaleza. A bordo ia ainda outro irmão, D. Diogo de Melo, que morreu nos mares da China em 1522, durante a batalha naval que opôs a armada de Martim Afonso à esquadra imperial chinesa e que teve como resultado uma clara derrota das forças portuguesas. Dos seis navios que compunham a armada foram destruídos o de Pedro Homem e o de Diogo de Melo, pondo-se os restantes em fuga para Malaca, por forma a evitarem que também eles fossem abordados e saqueados pelas forças imperiais⁶⁴. Vasco Fernandes Coutinho que, como referimos, participou de forma muito activa nas principais acções militares de conquista levadas a cabo no oceano Índico e que serviram de suporte ao que se convencionou chamar de «Estado da Índia», acabou, assim, por ficar associado a um episódio militar que marcou, pelo contrário, o início de um longo período de alheamento e de retracção por parte da Coroa relativamente à China⁶⁵.

Conclusão

Para concluir gostaríamos de salientar que o estudo das linhagens secundárias dos Coutinhos, que agora terminamos, nos permite perceber que estamos em presença de dois comportamentos diametralmente opostos, que

⁵⁹ Cf. carta de Albuquerque ao Rei de 20 de Agosto de 1512, in C.A.A., vol. I, p. 67. Veja-se ainda Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte III, cap. XXVI, p. 108.

⁶⁰ *Op. cit.*, parte III, cap. XCI, p. 162.

⁶¹ Confirma-o uma ordem de pagamento do próprio governador ao feitor de Ormuz. In C.A.A., vol. VI, p. 367.

⁶² Cf. Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte IV, cap. XXIV, p. 64.

⁶³ Cf. Castanheda, *História*, liv. V, cap. LXIX.

⁶⁴ *Op. cit.*, liv. VI, cap. XIII a XV.

⁶⁵ Sobre o assunto veja-se C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, Macau, Fundação Oriente, 1990, pp. 28 e 29.

têm a ver sobretudo com o estatuto social, político e económico de cada um desses ramos familiares na sociedade da época e com o seu peso e influência no seio da Corte.

Por um lado, a linhagem dos Condes de Borba e Redondo, senhores titulares que, gozando dos favores do monarca, passaram a Marrocos com os seus primogénitos, daí dirigindo a sua capitania hereditária e aí procurando proceder ao acrescentamento da sua casa e honra através de feitos de cavalaria.

Por outro, a linhagem menor dos senhores de Celorico, um ramo secundário da linhagem, praticamente sem terras e sem funções, que sabia nada ter para receber da Coroa, e a quem, por via disso, a Índia se apresentava como a única oportunidade para os seus membros enriquecerem e poderem ascender socialmente. Excluídos da sucessão pelo princípio do morgadio, a esses homens restava-lhes transformarem-se numa nobreza de serviço, sempre dependente do Rei para a redistribuição de favores e cargos, o que farão, acabando por estarem presentes nos principais teatros de guerra orientais.

Quanto à linhagem dos Marechais, importa sobretudo realçar que a ida de D. Fernando Coutinho à Índia se, por um lado, marca um corte profundo com o passado, na medida em que daí resultou a presença no Oriente de um primogénito de uma família aparentada com algumas das principais casas do Reino e com influência no seio da Corte; por outro, tem que ser entendida como uma acção meramente pontual, episódica, que visava o engrandecimento da sua linhagem através de um grande feito de armas – a conquista de Calecut –, e que, em resultado do desastre militar ocorrido, não teve sequência por parte de qualquer outro elemento da sua família, mantendo-se esta completamente arredada dos assuntos ultramarinos ao longo de toda a centúria.

